

SENTIDOS DE SOLIDARIEDADE EM PSICODINÂMICA DO TRABALHO: UMA PESQUISA CONCEITUAL¹²

Meanings of solidarity in psychodynamics of work: a conceptual research

Karen Silvia Salles Silva³ 

Universidade Estadual de Maringá⁴
Maringá, Paraná, Brasil.

Francisco Hashimoto⁵ 

Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – Unesp
Assis, São Paulo, Brasil.

Resumo

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa conceitual, cujo objetivo foi analisar o conceito de solidariedade presente em algumas obras de Christophe Dejours, por meio da leitura e da interpretação de seus conteúdos, a fim de identificar o(s) sentido(s) com o(s) qual(ais) o conceito foi utilizado. Para tanto, foram eleitas como fontes de pesquisa quatro obras publicadas pelo autor no período referente à quarta fase de suas publicações, que é considerada também como Fase 04 na trajetória da psicodinâmica do trabalho. As obras eleitas foram: *A banalização da injustiça social*, *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*, *Trabalho vivo* e três capítulos de *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Tendo em vista ser polissêmico o conceito de solidariedade, foi realizada uma investigação que indicou a existência de dois sentidos presentes na contemporaneidade: o de coesão/união; e, o de caridade/benevolência. Por meio da leitura das obras foram identificados e extraídos os trechos em que o conceito de solidariedade foi mencionado, os quais foram submetidos a análise de núcleo de sentidos (ANS), o que levou à conclusão de que há um predomínio do sentido de coesão/união, dentre os dois considerados previamente à análise.

Palavras-chave: Solidariedade; Trabalho; Psicodinâmica do Trabalho; Pesquisa Conceitual.

¹ Editora responsável pela avaliação: Prof.^a Dr.^a Liliam Deisy Ghizoni.

² Copyright© 2021 Silva e Hashimoto. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons, atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

³ k_ssilva@yahoo.com.br

⁴ Av. Colombo, 5790, Departamento de Psicologia- Bloco 118, CEP 87020-900, Maringá-PR

⁵ franciscohashimoto@gmail.com

Abstract

This article presents the results of a conceptual research, whose aim was to analyze the concept of solidarity present in some works of Christophe Dejours through the reading and interpretation of its contents, in order to identify the meaning with which the concept was used. To this end four works published by the author in the fourth phase of his publications, also known as Phase 04 in the trajectory of the psychodynamics of work, were selected as research sources. *The elected works were as follows: A banalização da injustiça social, Avaliação do trabalho submetida à prova do real, Trabalho vivo* and three chapters of *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Since the concept of solidarity is polysemic, an investigation carried out indicated the existence of two meanings present in contemporary times: cohesion/unity and charity/benevolence. By reading the works, the passages that mentioned the concept of solidarity were identified, extracted and subsequently subjected to the Nucleus of Meaning analysis, which led to the conclusion that there is a predominance of the meaning of cohesion/unity among those considered prior to the analysis.

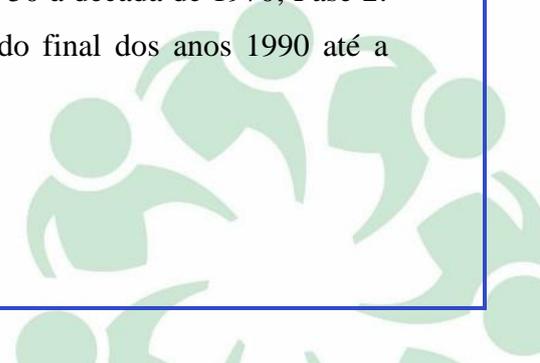
Keywords: Solidarity; Work; Psychodynamics of Work; Conceptual Research.

Introdução

Ao olharmos para a história, vemos diferentes configurações de organização social, que se refletem não só na forma como os seres humanos se relacionam com a natureza, mas também como convivem. Atualmente, temos grandes avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que temos também certa degradação das relações humanas em muitas sociedades, que se manifesta como exacerbação da violência, por exemplo. Degradação que tem sido considerada como alarmante por estudos desenvolvidos em diferentes áreas da ciência.

Dentre estes estudos encontram-se alguns que tem sido desenvolvidos sob o enfoque da psicodinâmica do trabalho. Considerada como uma das quatro clínicas do trabalho - juntamente com: a clínica da atividade, a psicossociologia clínica e a ergologia - a psicodinâmica do trabalho tem como precursor o psiquiatra e pesquisador francês Christophe Dejours (Bendassolli & Soboll, 2011).

Estudos publicados por Dejours ao longo das últimas quatro décadas, quando analisados por alguns autores brasileiros (Mendes, 2007; Soldera, 2016), possibilitaram a identificação de diferentes etapas na trajetória da psicodinâmica do trabalho. Segundo Soldera (2016) as quatro fases identificadas ao longo do processo de estruturação da psicodinâmica do trabalho estão distribuídas nos seguintes períodos: Fase 1: de 1950 à década de 1970; Fase 2: nos anos 1980; Fase 3: na década de 1990; Fase 4: a partir do final dos anos 1990 até a atualidade.



Na Fase 1, os estudos realizados por Dejours foram respaldados pela psicopatologia do trabalho. Os resultados de alguns destes estudos foram publicados originalmente na França, em 1980, no livro intitulado *Travail: usure mentale: essai de psychopathologie du travail*; que foi traduzido e publicado no Brasil em 1987, sob o título de *A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho*.

Embora tenham sido pautados nos pressupostos da psicopatologia do trabalho, tais estudos já traziam o embrião para a uma nova perspectiva que foi gerada na década de 1980 e nasceu no início da década de 1990, a psicodinâmica do trabalho. Foi no decorrer da década de 1980, período que corresponde à Fase 02, que houve o que o próprio autor denomina de “descoberta” essencial, que trata do “[...] reconhecimento da realidade das situações concretas: a relação entre a organização do trabalho e o homem não é um bloco rígido, está em contínuo movimento” (Dejours, 2004a, p. 58).

Movimento que gera sofrimento psíquico, a partir do qual o sujeito trabalhador aciona estratégias individuais de defesa que, quando compartilhadas, levam à emergência do que Dejours (1992) denominou de estratégias coletivas de defesa. Com isso, Dejours (2004a, p. 50) percebeu que os trabalhadores “[...] não eram passivos ante os constrangimentos organizacionais, eram capazes de se proteger dos eventuais efeitos nocivos sobre sua saúde mental”.

Ao perceber que o sofrimento psíquico advindo do trabalho nem sempre leva a psicopatologias, Dejours passa a considerar a normalidade como um enigma, ou seja, passa a investigar: “[...] como fazem estes trabalhadores para resistir às pressões psíquicas do trabalho e para conjurar a descompensação ou a loucura?” (Dejours, 1994, p. 126-127). Inicia-se, assim, a Fase 3 que transcorre durante boa parte da década de 1990, tendo como principal característica o “nascimento efetivo da psicodinâmica do trabalho” que, segundo Dejours (2004a, p. 49), consiste em: “análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho”.

Se até o início da década de 1990 as publicações de Dejours enfocavam o enigma da normalidade, a fim de compreender a dinâmica existente em vivências de prazer/sofrimento, ressaltando conceitos como estratégias de defesa, reconhecimento, sublimação e identidade, por exemplo; a partir do final da década de 1990 - quando se configura a Fase 4 de acordo com Soldara (2016) - conceitos como injustiça, trabalho vivo, cooperação, solidariedade, dentre outros, ganham visibilidade nas obras dejourianas. Segundo Mendes (2007a, p. 36), nesta fase “São estudadas patologias sociais como a banalização do sofrimento, a violência moral e a exclusão no trabalho, a servidão voluntária, a hiperaceleração, os distúrbios

osteomusculares, a depressão, o alcoolismo e o suicídio”. E, ainda, temas como centralidade do trabalho e centralidade da sexualidade, emancipação no trabalho, nova política do trabalho, dentre outros (Dejours, 2012a, 2012b).

Interessante notar que a rede conceitual da psicodinâmica do trabalho ampliou-se significativamente no decorrer de sua trajetória, já que os temas e os conceitos abordados nas últimas obras não substituíram, mas complementaram e contribuíram para o aprofundamento das questões analisadas desde a sua origem. Ilustra essa afirmação a publicação do Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho, em 2013, organizado por Vieira, Mendes e Merlo. Neste constam setenta e seis conceitos/verbetes, descritos e comentados por diferentes pesquisadores brasileiros (Vieira, Mendes, & Merlo, 2013).

Considerando que a solidariedade no trabalho se manifesta em sua dimensão social, foi com a ênfase dada às patologias sociais (como o desemprego, os assédios sexual e moral, o suicídio e etc.), que a (in) existência da solidariedade como fator que pode contribuir para a doença ou a saúde mental relacionada ao trabalho tornou-se mais visível nos escritos de Dejours (1999, 2012a, 2012b, 2013). Contudo, tendo em vista que há várias conotações sobre a mesma construídas ao longo da história, identificamos a necessidade de conhecer os diferentes sentidos do termo solidariedade, a fim de evitarmos possíveis distorções.

Diante disso, percorremos dois caminhos para conhecermos os sentidos atribuídos, de forma geral, ao conceito de solidariedade: o conhecimento sobre a genealogia do termo e uma análise de definições em dicionários contemporâneos. Percorrendo o primeiro caminho, procuramos entender a origem e o desenvolvimento do termo solidariedade ao longo da história, a partir de autores contemporâneos que se dedicaram ao tema. Dentre esses autores, alguns (Constantino, 2009; Westphall, 2008; Zoll, 2007) afirmam que a palavra solidariedade tem sua origem ligada ao da palavra *solidare* (do latim) que, por sua vez, provém do termo *obligatio in solidum*, originário no Direito Romano Justiniano (Constantino, 2009), que vigorou entre 527 d. C. a 565 d. C.

Apesar da forte influência do termo jurídico *obligatio in solidum*, que emergiu no início da Idade Média, século VI, Constantino (2009) e Westphal (2008) apontam outras duas fontes para os múltiplos sentidos atrelados ao conceito contemporâneo de solidariedade: a “amizade cívica grega” e a “ideia bíblico-cristã de fraternidade” que, segundo Constantino (2009), são anteriores ao termo *obligatio in solidum*.

A “amizade cívica” (*Bürgerfreundschaft*, do grego *philia* e do latim *amicitia*), foi definida na Antiguidade Clássica, que perdurou entre 800 a.C. a 476 d.C., por Aristóteles, que viveu entre 384 e 322 a.C. Segundo Constantino (2009, p. 24) a amizade cívica, ou “[...] a

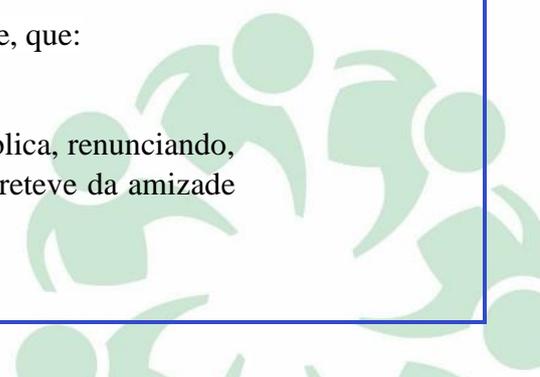
ideia de amizade, entre os antigos, deve ser entendida, antes de tudo, como um sentimento de caráter cívico, estamental e circunscrito a polis.” Embora fosse “permitida” apenas aos homens livres que se encontravam no topo da hierarquia social, visava o “bem comum”, já que “[...] deveria neutralizar a estrutura quase mafiosa dos clãs e famílias para assegurar a paz e promover o bem comum” (Constantino, 2009, p. 25).

Mas, enquanto a amizade cívica competia à apenas uma parcela da população, homens livres, considerados superiores aos demais; a segunda raiz do conceito de solidariedade anterior ao termo *obligatio in solidum*, “a ideia bíblico cristã de fraternidade” parte do pressuposto de que “[...] todos os homens, mesmo os melhores, diante da perfeição divina imensurável, são infinitamente imperfeitos e nivelam-se em face dela” (Constantino, 2009, p. 27). E, ainda, de acordo com Westphal (2008, p. 44) “O significado de fraternidade denota que os cristãos, além dos laços consanguíneos, são irmãos em Cristo. Esta unidade em Cristo compromete-os ao amor ao próximo, que deve ser expresso em atitudes”.

Portanto, ao mesmo tempo em que a fraternidade cristã traz em seu bojo um aspecto comum a todos, uma certa simetria entre os seres humanos que os iguala entre si (como irmãos), mas os diferencia de Deus; destaca também aspectos que os diferenciam entre si; uma vez que “[...] essa ‘solidariedade’ de caráter cristão muitas vezes se associa a uma ideia de assimetria, de desnível entre as partes: alguém, solidariamente, ajuda, sem esperar nada em troca, e alguém, humildemente, recebe” (Constantino, 2009, p. 29). Decorrem, portanto, da fraternidade cristã os sentidos atribuídos à solidariedade associados à caridade, já que a ênfase desta está nas relações humanas e não nas ações de cunho político estatal (Westphal, 2008).

Mas, embora tenha suas raízes desde a Antiguidade, o termo solidariedade surgiu apenas no século XIX, a partir do termo *solidum* (advindo do termo jurídico *obligatio in solidum*), do qual se originou a palavra *solidare*; e, posteriormente: *solidarité* e solidariedade. Nos séculos XVII e XVIII imperava o uso da palavra *fraternité* que foi sendo incorporado a organizações sociais e a movimentos políticos e sociais. Como exemplos da ampliação do uso da *fraternité*, além do âmbito religioso, Zoll (2007) menciona confrarias profissionais, associações e a maçonaria, que surgiram naquele período em diferentes países da Europa. Foi, portanto, no decorrer das últimas décadas do século XVIII e das primeiras do século XIX, que o conceito de solidariedade passou por transformações e foi substituindo o de fraternidade. Emergia, portanto, um novo sentido do conceito de solidariedade, que:

[...] herdou ambas as tradições, a republicana e a bíblica, renunciando, entretanto, a uma parte essencial desse legado. Ela reteve da amizade



republicana seu caráter público-político, afastando-se paulatinamente do ethos de classe elitista-particularista e, adicionalmente, negando o fundamento do amor ao próximo cristão – seu caráter apolítico – sem renunciar, no entanto, a sua pretensão universalista (Constantino, 2009, p. 32).

Com isso, o termo passou a ser incorporado ao movimento trabalhista, com o sentido de coesão social que tem uma conotação de união entre pessoas que se encontram em situações iguais, e lutam contra um adversário comum (Zoll, 2007). Ou seja, a solidariedade aparece “[...] como um claro conceito de luta, uma causa pela qual todos se uniam concretamente, solidariamente” (Constantino, 2009, p. 44). De acordo com Zoll (2007, p. 62) o período entre o final do século XIX e início do século XX foi “a era da mobilização operária e da ideia da solidariedade”. Mobilização que se deu em função das péssimas condições em que se encontravam os trabalhadores, que deixavam o campo em busca de “trabalho assalariado” nas incipientes indústrias que surgiram a partir da Revolução Industrial, que teve início no final do século XVIII na Inglaterra, mas expandiu-se por outros países da Europa no decorrer do século XIX.

Feito esse breve retrospecto histórico do conceito de solidariedade, passemos para o que consideramos como o segundo caminho importante para a sua compreensão: uma análise de definições apresentadas em dicionários. Neste percurso, encontramos definições em dicionários da língua portuguesa (Houaiss, 2009; Michaelis, 2016), de grandes áreas da ciência como filosofia (Abbagnano, 2007) e do direito (Guimarães, 2014; Silva, 2008), bem como, no dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho (Ghizoni, Oliveira, & Cançado, 2013).

No entanto, não encontramos descrições para o termo solidariedade em outros dicionários também pesquisados, como: dicionário crítico do trabalho (Cattani, 2002) e dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações (Bendassoli & Borges-Andrade, 2015).

Ao analisarmos os resultados deste levantamento, identificamos alguns pontos em comum, que expressam sentidos correlacionados à fraternidade cristã, tais como: sentimentos como compadecimento (Houaiss, 2016) ou compaixão (Michaelis, 2016), por outras pessoas mais necessitadas; ajuda, amparo e apoio (Houaiss, 2016); ajuda moral ou material (Michaelis, 2016). Em outros termos, enquanto compadecimento ou compaixão, bem como ajuda/apoio/amparo, o sentido de solidariedade implica numa relação entre pessoas que se

encontram em situações desiguais, remetendo, assim na raiz do conceito associada à fraternidade cristã.

Além da conotação associada à caridade, o termo solidariedade também tem sido usado para se referir à coesão entre pessoas que se encontram em situações semelhantes, ou seja, unidas por processos de identificação, compartilhando ideias e/ou sentimentos, conforme encontramos nas demais definições supracitadas, tais como: identificação (Houaiss, 2016) ou compartilhamento (Michaelis, 2016) de ideias e sentimentos; e, ligação e responsabilidade recíproca (Michaelis, 2016).

Diferentemente, no dicionário de filosofia em que encontramos a definição de solidariedade, esta remete-se mais ao significado advindo do termo jurídico, enfatizando o sentido de união entre iguais. Ou seja, “Termo de origem jurídica que, na linguagem comum e na filosófica, significa: 1" inter-relação ou interdependência; 2" assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo (p. ex.: S. familiar, S. humana, etc)” (Abbagnano, 2007, p. 929). Quanto aos dois dicionários jurídicos consultados (Guimarães, 2014; Silva, 2008) ambos mencionam a origem do termo associado a *obligatio in solidum*, mas apresentam desdobramentos do conceito em vários tipos de solidariedade, tais como: ativa, convencional, passiva, legal e penal. Ainda, de acordo com Silva (2008, p. 1325), no meio jurídico, “[...] solidariedade não se presume, deve ser sempre expressa ou promanar da vontade inequívoca e explícita das partes, ou decorrer de imposição legal”.

No dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho, Ghizoni, Oliveira e Cançado (2013, p. 427), ao discorrerem sobre o conceito de solidariedade, afirmam que “Historicamente, o termo esteve no auge da sociologia do século XIX e início do século XX” quando era visto como coesão social. Comentam ainda que na atualidade, temos duas “abordagens antagônicas” de solidariedade: uma, enquanto filantropia; e, a outra, enquanto princípio de democratização societária.

Após apontarem as duas abordagens sobre solidariedade Ghizoni, Oliveira e Cançado (2013) afirmam que é sobre a solidariedade como princípio de democracia societária, que se atém, passando a discorrer sobre a economia solidária, na perspectiva de Laville. Para os autores, a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade são as principais características de empreendimentos de economia solidária que, por sua vez, “[...] são interdependentes e moldam empreendimentos onde as pessoas são mais importantes que o capital e as relações de trabalho são mediadas pela propriedade coletiva dos meios de produção” (Ghizoni, Oliveira, & Cançado, 2013, p. 429). Porém, ressaltam que, apesar das iniciativas de empreendimentos solidários, ainda há um predomínio de relações competitivas,

com a exacerbação do individualismo e conseqüentemente um declínio de relações solidárias no mundo do trabalho contemporâneo. E, ainda, que tal realidade tem sido apontada em estudos desenvolvidos sob o referencial da psicodinâmica do trabalho (Ghizoni, Oliveira, & Cançado, 2013).

De forma geral, podemos dizer que um dos sentidos consiste na coesão/união entre pessoas que se encontram na mesma situação e se unem para lutar por alguma causa ou contra alguma ameaça. O outro sentido, de caridade/benevolência, consiste naquele em que algumas pessoas ajudam outras, o que ocorre quando há diferenças entre as situações em que se encontram aqueles que precisam de algo e aqueles que tem algo a oferecer.

Método

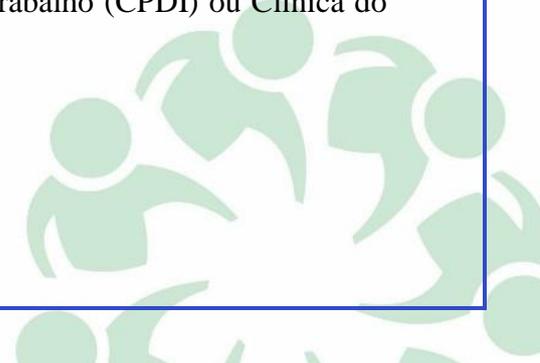
Foi na edição brasileira do livro intitulado *A loucura do trabalho*, publicado no Brasil em 1987⁶, que houve a primeira publicação de texto sobre a metodologia proposta por Dejours para o desenvolvimento de pesquisas em psicodinâmica do trabalho. Texto que foi revisado pelo próprio autor e publicado em novas edições do mesmo livro na França, a partir de 1993. Essa nova versão foi publicada no Brasil no livro intitulado *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, em 2004 (DEJOURS, 2004b).

Em ambas as publicações (Dejours, 1992, 2004b) o autor propõe um modelo de pesquisa pautado no de pesquisa-ação, que seja desenvolvida por meio do que ele denominou de “espaço público de palavra”, considerando que:

Falar e ser ouvido parece ser o modo mais poderoso de pensar e, portanto, de refletir sobre a própria experiência, desde que se esteja comprometido em uma relação dialógica, intersubjetiva, na qual se acredita que o outro esteja de fato tentando compreender. É ao explicar ao outrem o meu sofrimento, a minha relação com o trabalho, que eu, perplexo, me ouço dizer coisas que eu não sabia que sabia, até tê-las dito (Dejours, 1999b, p. 176).

Apesar de algumas dificuldades encontradas no cenário brasileiro para adoção do método proposto originalmente por Dejours (1992, 2004b), segundo Soldera (2016) este método se tornou conhecido como Clínica Psicodinâmica do Trabalho (CPDI) ou Clínica do Trabalho.

⁶ Utilizamos nesta pesquisa a 5ª edição, publicada em 1992.



Porém, vale ressaltar que embora reconheça a validade e a importância deste método, pesquisadores brasileiros, como Mendes (2007b), defendem a adoção de outros métodos como recursos para coleta e análise de dados de pesquisa. Segundo a autora

A psicodinâmica do trabalho privilegia um método científico particular, [...]. Não obstante, não é escrava dele, à medida que não considera o método em si mesmo a garantia da cientificidade da pesquisa. Assim, ampliando as contribuições de Dejours (1980/1987), propõem-se algumas variações e adaptações, que embora tecnicamente diferentes da clínica do trabalho proposta por ele inicialmente, mantêm-se os princípios centrais da psicodinâmica, ou seja, devem ser capazes de revelar o trabalho na sua complexidade, desvelando mediações, contradições e intersubjetividade (Mendes, 2007b, p. 66).

Variações e adaptações que, por sua vez, foram identificadas por meio de uma pesquisa realizada por Mendes e Merlo (2009), abrangendo estudos desenvolvidos no Brasil, relatados em livros, dissertações, teses e artigos científicos no período entre 1996 e 2009. A partir da análise de relatos 79 pesquisas, Mendes e Merlo (2009) identificaram apenas quatro pesquisas realizadas por meio do modelo de pesquisa-ação proposto por Dejours (1992, 2004b). Nos outros setenta e cinco estudos analisados, Mendes e Merlo (2009) encontraram o uso de entrevistas, questionários, escalas, análise de documentos e observações sistemáticas para coleta de dados; que foram analisados qualitativamente, por meio da análise de conteúdo e de núcleos de sentidos, por exemplo.

Neste cenário, composto por dificuldades e possibilidades quanto aos métodos a serem adotados, nos deparamos com a seguinte questão: o que devemos considerar para definirmos o método e os procedimentos a serem adotados para desenvolvermos uma pesquisa? De acordo com Heloani e Lancman (2004, p. 80), “[...] a estratégia e os procedimentos metodológicos utilizados no processo de construção de um trabalho científico dependem da natureza do problema que se deseja estudar”. Considerando, portanto, o problema que norteia esta pesquisa - Qual(ais) o(s) sentido(s) do conceito de solidariedade em textos de Christophe Dejours, publicados no Brasil, a partir do final dos anos 1990? – optamos pela pesquisa conceitual.

Ao analisar a relação entre pesquisas factuais e pesquisas conceituais desenvolvidas em psicologia, Laurenti (2012, p. 180) afirma que “A pesquisa conceitual consiste em um processo sistemático de investigação que visa produzir, ao final, conhecimento científico mediante o exame dos conceitos das teorias psicológicas”. Complementando, Laurenti e

Lopes (2016, p. 43) afirmam que “[...] a pesquisa conceitual pode ser definida como uma interpretação da teoria ou texto psicológico”.

Com isso, deparamo-nos com a necessidade de definirmos as fontes da pesquisa, bem como procedimentos para leitura e análise dos resultados encontrados, sobre os quais discorreremos a seguir.

Fontes de pesquisa

Para a definição das fontes de pesquisa, elegemos como universo, as obras de Christophe Dejours, publicadas no Brasil a partir do final da década de 1990, que representam a Fase 4. A escolha por textos de Dejours deve-se ao fato de que por ser o precursor da psicodinâmica do trabalho, suas obras são as principais referências para as pesquisas desenvolvidas, tanto em âmbito internacional, quanto nacional. Ainda, como as obras de Dejours têm sido traduzidas e publicadas no Brasil rapidamente em relação à publicação original na França, entendemos que elas representam de forma expressiva a produção textual do autor no período pertinente à Fase 4 de suas publicações.

Os textos escritos por Dejours e publicados em âmbito nacional a partir do final da década de 1990 encontram-se tanto em livros de autoria única quanto em livros de co-autoria ou ainda organizados por outros pesquisadores⁷. Tais livros e os anos em que foram publicados são: *A banalização da injustiça social e Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*, em 1999; *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, publicado em 2004; *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*, em 2008; *Suicídio e Trabalho: o que fazer?* em 2010; *Trabalho Vivo*, publicado em dois volumes, em 2012; *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, em 2017; *Primeiro, o corpo: Corpo biológico, corpo erótico e senso moral*, em 2019; e, *Psicossomática e teoria do corpo*, também em 2019.

Identificadas estas obras, realizamos uma pré-análise das mesmas o que possibilitou a definição de alguns critérios para a seleção das fontes condizentes com os propósitos desta pesquisa. Considerando que foi na quarta fase da trajetória da psicodinâmica do trabalho que Dejours abordou temáticas que contemplavam a “ênfase nas patologias sociais”, conforme

⁷ Consideramos dentre os livros organizados por outros autores apenas aqueles que foram constituídos por textos de autoria, exclusivamente de Christophe Dejours como: *Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* e *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*, publicados respectivamente em 1999 e 2004.

salientou Mendes (2007a), bem como que o conceito de solidariedade ganha destaque com esta ênfase; definimos, como primeiro critério, a temática abordada nas obras.

Com isso, os textos de autoria de Dejours que compõem os livros *Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* e *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* não foram considerados como fontes para a presente pesquisa, uma vez que embora tenham sido publicados no Brasil em 1999 e 2004, respectivamente; foram escritos e publicados originalmente na França no início da década de 1990, abordando questões e conceitos que representam as fases 2 e 3. Outrossim, com base na temática, outros dois livros intitulados *Primeiro, o corpo: Corpo biológico, corpo erótico e senso moral* e *Psicossomática e teoria do corpo*, (Dejours, 2019a, 2019b), não foram considerados como fontes de pesquisa por versarem sobre a psicossomática, o que consiste em outra linha de pesquisa de Dejours, na qual ele tem publicações ao longo de sua trajetória como pesquisador.

O segundo critério que adotamos para a seleção das fontes a serem analisadas diz respeito à autoria/coautoria. Por querermos compreender o conceito de solidariedade em obras de Dejours, entendemos ser pertinente não considerarmos a obra *Suicídio e trabalho: o que fazer?* que, não obstante tenha sido publicado na Fase 4 e aborde questões relacionadas às patologias sociais, foi escrito em conjunto com Florence Bègue. Ainda com base neste critério, foram considerados como fontes de pesquisa apenas três dos seis capítulos do livro *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, publicado em 2017, já que os demais capítulos são de autoria de: Anne Bensaïd, Marie-Pierre Guiho e Patryck Lafond; e, Marie Grenier-Pezé.

Assim, as obras selecionadas como fontes desta pesquisa foram: *A banalização da injustiça social*; *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*; *Trabalho Vivo*, publicados em dois volumes; e, três capítulos do livro: *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*. Entendemos que, abordando questões diferentes e ao mesmo tempo interdependentes, estas obras representam o desenvolvimento das pesquisas e do pensamento do autor no período que engloba as duas últimas décadas, o qual consiste no período de interesse desta pesquisa.

Procedimentos de leitura, análise e interpretação dos resultados

Definidas as fontes de pesquisa, realizamos a leitura de seus conteúdos, buscando os trechos em que o autor mencionou a palavra “solidariedade” que, quando encontrados, foram destacadas em citações diretas. No decorrer desta leitura, consideramos também trechos em

que constam as palavras “solidariedades” e “solidarizar-se”, por entendermos que o autor as utilizou quando tratava de “solidariedade”.

A partir daí passamos para a análise dos dados, o que se deu em duas etapas. A primeira, com vistas a descrever como o conceito aparece nas obras analisadas, considerando a incidência, os autores de referência e o(s) contexto(s) mencionados por Dejours.

Na segunda etapa desenvolvemos uma análise e interpretação dos resultados dos termos encontrados, norteadas por questões pertinentes ao propósito central desta pesquisa: é possível identificar algum sentido adotado por Dejours dentre os dois atribuídos historicamente ao conceito de solidariedade, conforme consta na introdução deste texto? Se sim, existe algum predominante? Qual?

Para responder tais questões, adotamos a técnica de análise de núcleo de sentido (ANS), que segundo Mendes (2007b, p. 74):

[...] consiste no desmembramento do texto em unidades, em núcleos de sentido formados a partir da investigação dos temas psicológicos sobressalentes no discurso. É uma técnica de análise de textos produzidos pela comunicação oral e/ou escrita. É aplicada por meio de procedimentos sistemáticos, que envolvem definição de critérios para análise.

Ressaltamos que os núcleos de sentidos em nossa pesquisa estão definidos *a priori*, a partir dos resultados de nossa pesquisa sobre a história e os sentidos do conceito de solidariedade presentes na contemporaneidade, que são: primeiro, a solidariedade que se manifesta como coesão/união entre pessoas que se encontram na mesma situação, promovendo ajuda mútua ou luta por algum objetivo comum; e, segundo, a solidariedade como caridade/benevolência entre pessoas que se encontram em situações diferentes, onde alguém precisa de ajuda e outro alguém pode ajudar.

Considerando esses dois sentidos como norteadores para a análise, interpretação e discussão dos resultados, elegemos os conceitos utilizados por Dejours como sinônimos (que reforçam e elucidam o sentido pertinente ao conceito em questão) como indicadores desses sentidos; além de lançarmos mão da interpretação do conteúdo do texto e do contexto no qual o conceito foi mencionado pelo autor.



Análise e discussão dos resultados

Após a leitura das fontes desta pesquisa entendemos que, embora todas sejam pautadas pelo enfoque da psicodinâmica do trabalho, cada uma aborda diferentes temas, que se complementam. Enquanto em *A banalização da injustiça social*, o autor apresenta uma análise que extrapola os contextos organizacionais, no livro *Avaliação submetida à prova do real*, ele analisa uma “estratégia de gestão” adotada por muitas empresas norteadas pelos mesmos princípios que embasam a banalidade do mal em âmbito macrossocial. Ainda, os estudos relatados em *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, principalmente o primeiro e o terceiro dentre os analisados, confirmam as discussões contidas nas duas obras supracitadas. O segundo caso, por sua vez, ilustra questões abordadas no primeiro volume da obra *Trabalho vivo*, cujo subtítulo é *Sexualidade e Trabalho*. Neste, apresenta uma revisão sobre alguns conceitos da psicanálise que contribuem para a compreensão sobre a dinâmica psíquica inerente às relações do sujeito de e com o trabalho. Por fim, no segundo volume da coleção *Trabalho Vivo*, intitulado *Trabalho e emancipação*, Dejours (2012b) retoma algumas questões tratadas em *A banalização da injustiça social*, acrescentando um olhar para o futuro ao sinalizar para a necessidade de uma nova política do trabalho.

Interessante notar que, não obstante a diversidade de temas e a dimensão dos contextos abordados, o trabalho é a categoria central nas referidas obras, o que evidencia a centralidade do trabalho para pensar a dinâmica saúde/doença mental a partir da psicodinâmica do trabalho na contemporaneidade, como enfatiza Dejours (2012a).

Feitas essas considerações gerais a respeito dos textos lidos e analisados e antes de tecermos a descrição dos resultados contemplando a incidência do conceito, os autores de referência e o(s) contexto(s) em que ele é mencionado, consideramos necessário ressaltar que destacamos em negrito as palavras “solidariedade”, “solidariedades” e “solidarização”, conforme mencionado anteriormente, em citações diretas dos trechos em que elas foram encontradas. Portanto, tendo em vista que em alguns dos mesmos trechos dos textos analisados, o autor utilizou aspas ou itálico para destacar algumas palavras, optamos pela adoção do recurso “grifo” para nos referirmos aos destaques do autor. Dito isso, passemos à primeira etapa da análise para posteriormente apresentarmos as análises sobre os sentidos de solidariedade encontrados nas fontes de pesquisa.

Quanto à incidência do conceito de solidariedade nas fontes da pesquisa, encontramos a palavra “solidariedade” quarenta e sete vezes, além de também termos considerado as palavras “solidarização” e “solidariedades”, que foram encontradas uma vez e onze vezes,

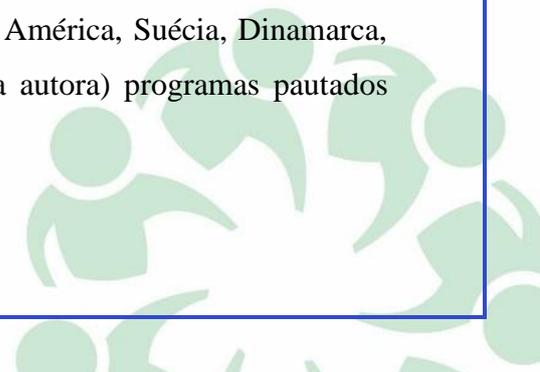
respectivamente. Com isso, Dejours (1999a, 2008, 2012a, 2012b, 2017) mencionou o conceito em questão 59 vezes no conteúdo analisado.

Em *A banalização da injustiça social*, encontramos a palavra dez vezes, em cinco dos dez capítulos do livro. No livro *Avaliação do trabalho submetida à prova do real a solidariedade* foi mencionada duas vezes em um dos seus dois capítulos. No volume *Trabalho Vivo - Sexualidade e Trabalho* identificamos três vezes na introdução; e, no segundo volume *Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação*, trinta e uma vezes, distribuídas por todos os capítulos, inclusive na introdução. Por fim, dos três casos analisados da fonte *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos* não houve menção da palavra no caso 2, mas encontramos três vezes no caso 1 e dez vezes no caso 3, somando treze ocorrências nos capítulos analisados desta obra.

Apesar de ter sido abordada em todas as obras, a solidariedade está mais presente nas fontes *A banalização da injustiça social* e *Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação*, nas quais o autor dá maior ênfase à dimensão social do trabalho. Ainda, embora não tenhamos identificado o uso do termo em títulos de capítulos, encontramos em dois subtítulos: *Honrar a vida pela solidariedade e pelo conhecimento do outro* e *Desestabilização por meio do gerenciamento e defecção da solidariedade*, nos livros *Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação* e *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, respectivamente. Considerando que o termo em questão foi abordado nos textos subjacentes aos referidos subtítulos, entendemos não ser necessário submeter os subtítulos supracitados à ANS.

Do mesmo modo, desconsideramos para fins de análise de sentido, as duas vezes em que o termo apareceu no livro *A banalização da injustiça social* associado a uma modalidade de contrato de trabalho. Ao discutir sobre a precarização que permeia todas as relações de trabalho, no capítulo 3, intitulado *O sofrimento negado*, Dejours (1999a) afirma que “O essencial das variações do ritmo de produção (em função do total de pedidos) é absorvido por empregos precários, contratos com prazo determinado e sobretudo contratos emprego-**solidariedade** (CES).” (Dejours, 1999a, p. 50).

Como o autor não descreve este tipo de contrato de trabalho, procuramos informações a respeito do mesmo na *web*, onde encontramos um artigo de Anne Daguerre, no qual versa sobre “políticas de ativação” voltadas para desempregados, que tem sido implementadas nas últimas décadas em diferentes países como Estados Unidos da América, Suécia, Dinamarca, França, dentre outros. Segundo Daguerre (2005, s/p., grifo da autora) programas pautados nestas políticas propõem:

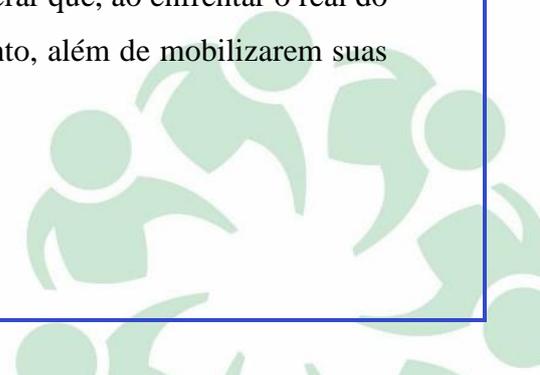


[...] ajuda à busca de um trabalho, formação profissional, ou obrigação de ocupar um emprego subvencionado no setor público ou privado, ou um emprego público, um *pool job* – espécie de contrato emprego solidariedade (CES) à sueca, criada para os desempregos crônicos.

A segunda vez em que o autor mencionou a solidariedade associada a modalidade de contrato de trabalho foi no capítulo 05 da mesma obra – *A banalização da injustiça social* – ao discorrer sobre a execução do que ele denomina de “trabalho sujo” (como, por exemplo, demitir ou infligir sofrimento a outrem). O autor se referiu a uma situação com a qual se deparou em uma pesquisa na qual líderes que se encontravam nos níveis hierárquicos superiores delegaram aos intermediários que fizessem seus subordinados “[...] trabalhar 10 horas por dia sem lhes pagar, declarando apenas 39 horas por semana - quando não 35, após fazê-los assinar um contrato de **solidariedade**, tendo em vista a partilha do trabalho!” (Dejours, 1999a, p. 80).

Essa situação ilustra tanto a menção que o autor fez ao contrato de emprego-solidariedade, quanto a crítica tecida por Daguerra (2005), aos programas de ativação de desempregados adotados por diferentes países. Ambos sinalizam que estes programas acabam contribuindo para a manutenção da precarização do emprego, além de serem utilizados para intensificar a exploração dos mais vulneráveis.

Tendo em vista que ao mencionar os contratos de solidariedade, o autor apenas se referiu a um termo cunhado por outras pessoas, desconsideramos a necessidade de análise de sentido nas duas referências ao mesmo, encontradas no livro *A banalização da injustiça social*. Pelo mesmo prisma, ressaltamos que a palavra investigada foi encontrada três vezes como parte de um conceito desenvolvido por Nicolas Dodier, “solidariedade técnica”. Duas destas incidências encontram-se na obra *Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação*, sendo que na primeira Dejours (2012b) se refere à importância da habilidade de líderes para organizar o trabalho de seus subordinados, de tal forma que o resultado seja uma obra comum dos trabalhadores, ou seja, cabe aos gestores limitar o poder-fazer de cada subordinado e sincronizá-los na direção de um trabalho de grupo. Para isso, o gestor aciona a “solidariedade técnica”. Outrossim, na mesma obra, Dejours (2012b) ressalta que para pensarmos sobre a possibilidade de uma nova política do trabalho é preciso considerar que, ao enfrentar o real do trabalho, os sujeitos estabelecem ligações inerentes ao viver junto, além de mobilizarem suas subjetividades. Ou seja,



Pensar politicamente o trabalho é também centrar toda a atenção que ela merece à **solidariedade técnica** e a cooperação. Pois a cooperação repousa na mobilização dos recursos que estão no princípio mesmo de toda ação, a saber a atividade deôntica (Dejours, 2012b, p. 175).

Assim, enfatiza serem a solidariedade técnica e a cooperação processos inerentes à deliberação coletiva sobre normas e regras de ofício, o que consiste na atividade deôntica que, por sua vez, é de cunho político. A terceira incidência do conceito de solidariedade técnica foi no primeiro dos três casos clínicos relatados em *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, que diz respeito ao desenvolvimento de um quadro de asma por um imigrante africano que trabalhava no ramo da construção civil na França. Ao investigar sobre a etiologia do quadro, Dejours (2017) aponta como um comportamento comum entre operários da construção civil: que eles optem por passar a maior parte de seu tempo livre em ambientes sociais, a fim de evitar que o afeto vivenciado com a família enfraqueça suas estratégias de defesa contra o medo que enfrentam no trabalho. Neste contexto, Dejours (2017, p. 35, grifo do autor) menciona a solidariedade técnica ao afirmar que:

[...] esses comportamentos dos homens da construção civil em casa são o resultado de um alinhamento, até mesmo de uma “**solidariedade técnica**” (para plagiar Nicolas Dodier, 1995), com os esforços do homem para respeitar os constrangimentos das estratégias coletivas de defesa. Tudo que diz respeito à saúde, à doença, ao sofrimento, à dor, ao corpo, ao sangue, aos acidentes etc. é de certa forma poupado ao homem que trabalha, pelo seu entorno.

Ao longo das investigações, porém, Dejours (2017) compreende não ser este o caso de seu paciente, o que foi confirmado quando o Sr. A. se libertou do quadro de asma depois de mudar de emprego.

As referidas menções sobre o conceito de solidariedade técnica, descrito por Nicolas Dodier, indicam ser este um dos autores citados por Dejours (2012b, 2017), o que consiste no segundo ponto a ser abordado nesta etapa da análise dos resultados. Além de Dodier, Dejours (1999, 2008) recorre ao conceito de “desolação”, a partir da obra *Origens do Totalitarismo* de Hannah Arendt para se referir a situações em que a solidariedade foi desestruturada. Ao analisar a desestruturação de ligações de solidariedade, como um dos efeitos degradantes do viver junto decorrentes da avaliação individual de desempenho, na obra *Avaliação do trabalho submetida à prova do real*, Dejours (2008, p. 80, grifo do autor) afirma:

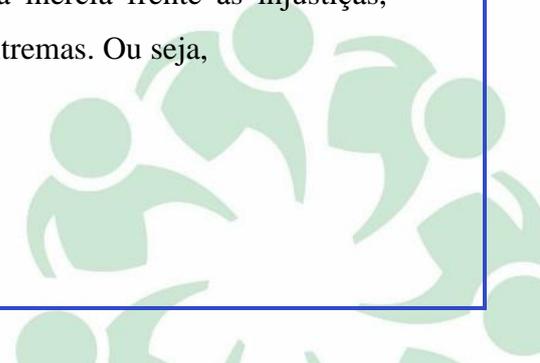
O resultado mais tangível desses novos métodos de avaliação é a desestruturação da **solidariedade**, da lealdade, da confiança e do prazer de conviver no trabalho. Essa solidão que Hannah Arendt (ARENDR, 1989) chamou de “desolação” torna os indivíduos muito mais vulneráveis à avaliação e à punição.

Tendo em vista que a referência à Hannah Arendt é recorrente em vários textos de Dejours (1999a, 2008, 2012b, 2013); julgamos pertinente abordarmos alguns pontos que permeiam a discussão tecida por Arendt (1979) sobre o conceito de desolação. Segundo Dejours (2013, p. 87, grifo do autor) “Em Origens do totalitarismo, Arendt introduz a noção de desolação para distingui-la do isolamento e da solidão (que pode às vezes ser uma necessidade para pensar, deliberar e agir)”.

Para Arendt (1979) enquanto o conceito de isolamento diz respeito a estar só na esfera pública, o de solidão implica em dois níveis. O primeiro diz respeito àquele em que ainda temos a companhia de nós mesmos, para o qual usam-se os termos “solidão” e “solitude”, estado no qual o sujeito mantém a sua capacidade de pensar, já que a rigor, todo ato de pensar é feito quando se está a sós, e constitui um diálogo entre eu e eu mesmo; mas esse diálogo dos dois-em-um não perde o contato com o mundo dos meus semelhantes, pois que eles são representados no meu eu, com o qual estabeleço o diálogo do pensamento (ARENDR, 1979).

O segundo nível por sua vez trata do estado de “solidão” como “desolação”, sendo aquele em que de acordo com Lafer (1988, p. 239, grifo do autor) “[...] a pessoa está sozinha, porque, não tendo mais identidade, não consegue fazer-se companhia na solidão”. No mesmo sentido, Dejours (2013, p. 87, grifos do autor), afirma que “A desolação remete a palavra ‘solo’, ‘de-sol-ação’, supressão, retirada do solo que serve de fundamento para a vida nas relações humanas”. Assim, a desolação – tanto para Lafer (1988), quanto para Dejours (2013) – remete ao estado em que o sujeito se sente completamente só, enquanto solidão para estes autores refere-se ao estado em que o sujeito, mesmo quando isolado, não perdeu a companhia de si mesmo.

Mesmo que breve, esta explanação sobre os conceitos de isolamento, solidão e desolação pauta-se sobre nossa compreensão de que Dejours (2008, 2012a, 2013) considera ser da solidão/desolação (no sentido arendtiano) que emerge a desestruturação da solidariedade; e, conseqüentemente, a impotência em agir e a inércia frente às injustiças, podendo levar ao agravamento de psicopatologias a situações extremas. Ou seja,

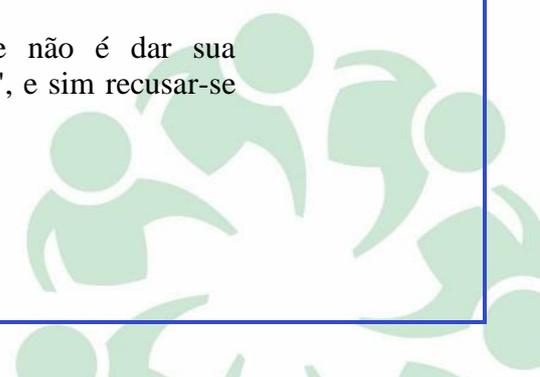


A incidência crescente de patologias ligadas ao assédio não se deve, provavelmente, à sua intensificação, visto que o assédio sempre foi praticado pelos chefes, mas sobretudo à solidão e ao fim das reações e gestos de **solidariedade** face ao sofrimento e à injustiça. Suicídios no trabalho e patologias do assédio são as formas mais eloquentes da desagregação do viver junto no dia a dia (Dejours, 2012a, p. 21).

Ilustra essa afirmação o terceiro caso clínico relatado no livro *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, que trata de um estudo realizado a *posteriori* sobre um suicídio cometido por uma executiva, a quem Dejours (2017) denominou de Sra. V. B. Ainda, a partir deste estudo de caso, teceremos alguns comentários sobre os resultados da análise do terceiro ponto desta primeira etapa, que diz respeito aos contextos nos quais a solidariedade é abordada; haja vista que considerando uma carta deixada pela Sra. V. B. para a representante dos funcionários da empresa em que trabalhava, bem como entrevistas realizadas com pessoas próximas à Sra. V. B., Dejours (2017) entendeu que o suicídio teve motivações relacionadas ao trabalho. Ademais, não só identificou como ressaltou em seu estudo do caso, algumas características do modelo de gestão adotado pela empresa no período que precedeu o suicídio. De forma geral, Dejours (2017) afirma que: “Nessa empresa, não há tradição de **solidariedade** entre empregados” (p. 129); “É uma convivência sem **solidariedade**” (p. 130); “A convivência que reina entre os empregados da empresa não é estruturada pela **solidariedade**. [...] Proponho, para caracterizar esse mundo social peculiar, o termo “convivência estratégica” (p. 131).

Afirmações como estas indicam o uso do conceito no contexto empresarial. Segundo Dejours (1999, 2008, 2017) modelos de gestão pautados na ideologia neoliberal adotam estratégias voltadas tanto para a competitividade (valorização da imagem da empresa em âmbito externo e interno), quanto para a gestão de pessoas (demissões, ameaças e injustiças). Uma dessas estratégias que tem sido adotada em muitas empresas consiste em “persuadir” funcionários para infligirem sofrimento – por meio de práticas como sobrecarga de trabalho, humilhação e assédio moral – aos colegas e/ou subordinados, a fim de demonstrarem competência e coragem. Advertindo ser essa uma situação em que o sentido de coragem é distorcido, Dejours (1999a, p. 82, grifo do autor) afirma que:

Na verdade, a coragem, nesse caso, certamente não é dar sua contribuição e sua **solidariedade** ao "trabalho sujo", e sim recusar-se energeticamente a fazê-lo, em nome do bem [...].



No sistema da virilidade, ao contrário, abster-se dessas práticas iníquas é prova de fraqueza, de covardia, de baixeza, de falta de **solidariedade**.

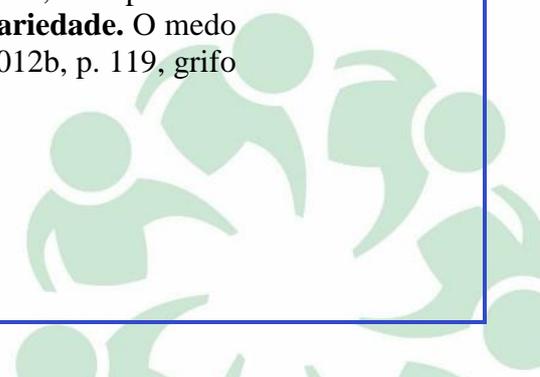
Ainda, ao analisar o método de avaliação individual de desempenho, aponta consequências dos modos de gestão contemporâneos sobre a desestruturação da solidariedade no contexto organizacional, quando diz que:

No contexto do trabalho, no qual a confiança, o convívio e a **solidariedade** foram desestruturados pelas novas formas de organização do trabalho, gestão e administração, as condições de julgamento e de reconhecimento encontram-se fortemente comprometidas (Dejours, 2008, p. 86).

Na obra *Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação* também aborda a solidariedade em contexto organizacional, afirmando: “A cooperação passa também por ligações de **solidarização** vertical, de subordinado a chefe e de chefe a subordinado” (Dejours, 2012b, p. 147).

Porém, não obstante tais resultados, o uso do conceito nas obras analisadas não é restrito a contextos organizacionais (ou microssociais), uma vez que o autor também considera a solidariedade em contexto macrossocial ao comentar, por exemplo, sobre a precarização do trabalho (como desemprego, sucateamento, injustiças). Em *A banalização da injustiça social*, quando versa sobre a indiferença cada vez mais presente na sociedade atual em relação ao desemprego e à injustiça que acometem muitas pessoas, Dejours (1999a, p. 19) ressalta que “O sofrimento somente suscita um movimento de **solidariedade** e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça”. Outrossim, comenta sobre aqueles que se encontram privados da solidariedade por exclusão social ocasionada pela perda de emprego, na obra *Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação*, conforme segue:

É o caso de todos aqueles que estão privados de um emprego, dos que são lançados ao ostracismo ou que são discriminados, das vítimas do racismo, da injustiça, da humilhação, do desprezo, é o caso para todos os que se encontram em uma posição de *paria*, os privados precisamente de pertencimento e sobretudo de **solidariedade**. O medo da solidão é compreensível e justificado (Dejours, 2012b, p. 119, grifo do autor).



Diante do exposto, percebemos que o autor menciona a desestruturação da solidariedade tanto no contexto social, quanto em contextos organizacionais; o que evidencia a ênfase dada por Dejours à dimensão social do trabalho. Ainda ressaltamos que, embora entendamos que para haver solidariedade é preciso que haja uma mobilização subjetiva, entendemos também que não existe solidariedade fora da intersubjetividade. Em outras palavras, o “viver junto” é a condição para que haja solidariedade, que se manifesta tanto como ações “com” ou “para” outras pessoas, o que se refere aos sentidos de solidariedade que são os objetos da discussão a seguir.

Tecidas as análises gerais apresentadas sobre os achados desta pesquisa, passemos para a análise do(s) sentido(s) subjacente(s) ao conceito de solidariedade, que consiste no propósito central deste estudo. Para tanto, consideramos, conforme exposto anteriormente, dois sentidos que se mantêm presentes na contemporaneidade: o primeiro, como coesão/união; e, o segundo, como caridade/benevolência.

Solidariedade como coesão/união entre “iguais”

Advindo do termo *Obligatio in solidum*, (Constantino, 2009; Westphal, 2008) este sentido consiste naquele em que a solidariedade é entendida como união entre pessoas que se encontram em situações iguais, ou seja, como coesão de pessoas que se unem para lutar por um objetivo comum.

Os termos identificados como sinônimos do primeiro sentido foram: obrigação com a unidade e com a justiça, lealdade e responsabilidade global, com ênfase em reciprocidade, intersubjetividade e justiça (Constantino, 2009); coesão social e ajuda mútua com conotação de união e de luta (Zoll, 2007); cooperação (Constantino, 2009; Westphal, 2008); identificação de pensamentos, ideias, sensações, sentimentos (Houaiss, 2009); ligação recíproca entre duas ou mais coisas ou pessoas (Michaelis, 2015). Considerando esses termos, o sentido de solidariedade como união/coesão foi mais mencionado por Dejours nas obras analisadas que o segundo sentido, como benevolência/caridade.

Ao abordar a banalização do mal em contexto social, Dejours (1999a) analisa o que tem levado à manutenção da apatia/inércia coletiva diante da precarização cada vez mais presente no mundo do trabalho. Segundo ele, o medo parece ser a explicação mais plausível, haja vista que atinge a todos os trabalhadores, estando ou não empregados, pois aqueles que ainda têm emprego sentem-se constantemente ameaçados pelo medo da demissão. Referindo-se à situação atual, marcada por tantas ameaças e injustiças o autor afirma que esta “[...] se

caracterizaria pela atenuação das reações de indignação, de cólera e de mobilização coletiva para a ação em prol da **solidariedade** e da justiça [...]” (Dejours, 1999a, p. 19).

Com o intuito de explorar o medo da demissão como forma de otimizar os resultados da empresa a avaliação individual de desempenho é uma das estratégias adotadas por seus gestores que promovem a desestruturação de ligações de solidariedade. Nas palavras de Dejours (2008, p. 80), temos: “O resultado mais tangível desses novos métodos de avaliação é a desestruturação da **solidariedade**, da lealdade, da confiança e do prazer de conviver no trabalho”. Embora já tenhamos mencionado essa afirmação do autor no tópico anterior, quando discutimos a menção à desestruturação e/ou à ausência de solidariedade, aqui o destaque se deve a outro fim. Entendemos que nesta frase os termos lealdade, confiança e convívio reforçam o sentido de união e coesão da solidariedade, que as precede. Nesta mesma obra, o autor aponta o medo como o principal corrosivo dessas de solidariedade, Dejours (2012b, p. 66) afirma que:

[...] a ameaça traduz-se, mais cedo ou mais tarde, pela perda de confiança e de lealdade, pela desconfiança e, por fim, pela desestruturação das **solidariedades**. O coletivo de defesa corre o risco de ser ameaçado em sua coesão por essa mesma desconfiança que faz com que cada um seja mais frágil frente à luta contra o medo.

Além das vivências individuais provenientes do medo da demissão, há também a ameaça de falência que atinge o coletivo, acirrada pela forte concorrência que rege o mercado seja em âmbito global ou local. Com o intuito de se manter no mercado os gestores das empresas instituem discursos, que valorizam a imagem da empresa, sejam eles verídicos ou inverídicos; o que pode gerar o que Dejours (1999a, p. 62) denomina de “mentira instituída”. Neste cenário, os funcionários são convocados a reproduzir tais discursos, em nome da solidariedade e da manutenção do emprego, já que

[...] impõe-se a todos uma disciplina, que consiste em defender e sustentar a mensagem de valorização, bem como abster-se de qualquer crítica, em nome da perenidade do serviço e da **solidariedade** em face da adversidade e da concorrência (Dejours, 1999a, p. 50).

Neste caso, portanto, a solidariedade é acionada para o fortalecimento da competitividade empresarial por meio da divulgação de “mentiras” a respeito da imagem da empresa, onde o inimigo comum pode ser representado por empresas concorrentes ou a

própria conjuntura socioeconômica, em que se encontra, por exemplo. Assim, o sentido dado para o termo aqui parece estar mais próximo do que entendemos como comprometimento com a sobrevivência da empresa, em detrimento do comprometimento com os próprios pares. Comprometimento que tem sido uma exigência de organizações que adotam modelos e estratégias de gestão neoliberais, cujos efeitos nocivos sobre a subjetividade e sobre a saúde mental dos trabalhadores tem sido denunciados tanto por Dejours (1999, 2008), quanto por Gaulejac (2007).

Em alguns casos, as mentiras são utilizadas para justificar a execução do “trabalho sujo”. De acordo com Dejours (1999a), nessas situações aqueles, dentre os convocados, que aceitam executar o “trabalho sujo” aliam-se aos interesses da empresa para demitir, ameaçar e/ou explorar seus pares (outros trabalhadores). Ainda, aqueles que se recusam a realizar tal tipo de trabalho (que inflige mal a outrem) são considerados como fracos, covardes e não solidários. Ao analisar o que leva à “coragem em fazer o mal”, ou seja: como a execução de um “trabalho sujo” (demitir, ou infligir sofrimento a outrem etc.), o autor afirma:

[...] na maioria dos casos, quem *ordena* o "trabalho sujo" está protegido das *vítimas* por toda uma série de intermediários que o executam e formam um anteparo entre ele e os que vão ser demitidos ou tratados desconforme as regras do direito e da justiça (por exemplo, fazê-los trabalhar 10 horas por dia sem lhes pagar, declarando apenas 39 horas por semana - quando não 35, após fazê-los assinar um contrato de **solidariedade**, tendo em vista a partilha do trabalho! -, como vimos recentemente numa pesquisa)? (Dejours, 1999a, p. 80, grifos do autor).

Mas, além da “proteção” exercida pelos níveis intermediários entre aqueles que decidem e aqueles que executam o “trabalho sujo”, há o que o autor denomina de sistema de virilidade, que pode ser usado por alguns executores para “justificar” seus atos, já que “[...] quem diz não ou não consegue fazer o "trabalho sujo" assim age precisamente em nome do bem e da virtude” (Dejours, 1999a, p. 82, grifo do autor). Complementando, embora algumas ações violentas – que ocorrem não só no trabalho, mas também no âmbito das relações familiares – sejam justificadas pela coragem como demonstração de virilidade, o autor adverte ser este um erro que precisa ser questionado; mesmo que esteja sendo considerada, historicamente, como um valor passível de admiração (Dejours, 1999a).

Diante do exposto, vale ressaltar que a nossa análise indicou que o sentido de coesão subjacente ao conceito de solidariedade, presente nas fontes desta pesquisa, foi adotado por

Dejours para se referir tanto a situações que podem gerar sofrimento a alguns, quanto àquelas que podem promover a democracia, a emancipação, a cooperação e o “bem comum”. Isso porque, na concepção de Dejours o trabalho pode gerar o melhor, mas também pode promover o pior. Nas palavras do autor, temos que:

O fato é que o trabalho é uma fonte inesgotável de paradoxos. Incontestavelmente, ele dá origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser também um possante instrumento a serviço da emancipação, bem como do aprendizado e da experimentação da **solidariedade** e da democracia (Dejours, 1999a, p. 141).

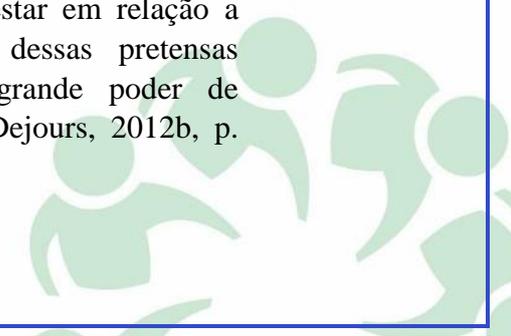
No mesmo sentido, em *Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação* Dejours (2012b, p. 209) afirma que

No trabalho pode-se aprender o melhor, o respeito à dignidade do outro, a cautela, a entreatuda, a **solidariedade**, a implicação nos espaços de deliberação e a aprendizagem dos princípios mesmo da democracia. Pode-se aprender o pior, a instrumentalização do outro, a duplicidade, a deslealdade, o cada-um-por-si, a covardia, o mutismo.

Embora essas afirmações estejam ressaltando o caráter paradoxal do trabalho, ambas apontam a solidariedade como um efeito de cunho positivo, o que também se destaca no decorrer dos três capítulos da obra *Trabalho Vivo – Trabalho e Emancipação* nos quais discorre sobre a cooperação como tema central. Para Dejours (2012b, p. 113) “A cooperação é com certeza um poderoso dispositivo de estruturação das ligações de ajuda mútua, **solidariedade** e harmonia entre os indivíduos”.

Para tanto, ressalta a importância de haver uma atividade deontica, ou seja, um espaço para deliberações coletivas de trabalhadores sobre normas e regras pertinentes ao trabalho desenvolvido por eles conjuntamente. Ou seja,

E, de fato, se a atividade deontica própria à cooperação constitui um recurso formidável para estabelecer o entendimento e a **solidariedade** no âmbito de um coletivo, isso não significa um reflexo da cooperação naqueles que não pertencem a este coletivo. É assim que a clínica do trabalho não poupa um pesquisador de um mal-estar em relação a ocorrência de injustiças cometidas em nome dessas pretensas **solidariedades** contra os coletivos sem um grande poder de organização e que não conseguem defender-se (Dejours, 2012b, p. 115).



Ainda, no mesmo sentido, ressalva que “[...] se a cooperação está apoiada no servilismo, as condições tornam-se propícias para situar a cooperação e a **solidariedade** no terreno da vileza, até colocá-las a serviço da banalização do mal” (Dejours, 2012b, p. 121).

Considerando novamente os possíveis benefícios da solidariedade Dejours (2012b, p. 161) aponta como uma forma para honrar a vida, ao dizer que “A **solidariedade** diante da adversidade é também uma maneira de honrar a vida que toma desta vez a forma da resistência coletiva e da assistência mútua, para impedir que a vida não seja expulsa do trabalho”.

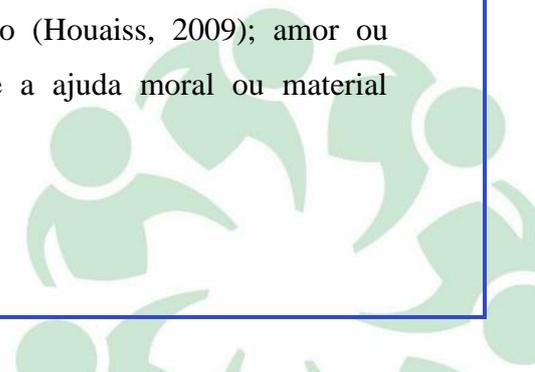
Por fim, ao defender que busquemos elaborar uma nova política do trabalho como substituta da política neoliberal perversa e que corrompe as ligações de solidariedade e confiança, aponta que “Nessas condições, pode-se uma vez mais esperar que volte o entusiasmo ali onde se instalou a desolação, mas também que o trabalho possa ser colocado a serviço das **solidariedades** e da emancipação” (Dejours, 2012b, p. 212).

A solidariedade como caridade/benevolência entre os “diferentes”

Conforme já exposto, o segundo sentido está atrelado ao conceito de fraternidade bíblico cristã (Constantino, 2009; Westphal, 2008). Com este sentido a solidariedade é manifesta, principalmente, por atos de caridade/benevolência onde aquele que se encontra em melhor situação confere apoio/ajuda àquele que se encontra em situação precária, seja de ordem econômica, social e/ou psicológica. Com isso, emerge entre pessoas que se encontram em diferentes situações.

Porém, apesar desta conotação de ajuda/apoio aos mais necessitados, estar fortemente associada à caridade cristã, Zoll (2007) adverte sobre o possível e desejável efeito político da solidariedade entre aqueles que são diferentes ou estranhos. Para este autor, é preciso que a solidariedade ultrapasse os limites dos grupos, a fim de promover a justiça na sociedade contemporânea, mesmo considerando que a justiça total é uma utopia. Ou seja, “[...] a sociedade sempre reproduz diferenças, a questão consiste em possibilitar justiça apesar da diferença, da desigualdade” (Zoll, 2007, p. 176).

Os termos sinônimos do segundo sentido foram: caridade (Westphal, 2008); compadecimento por outras pessoas, ajuda, amparo ou apoio (Houaiss, 2009); amor ou compaixão pelos necessitados ou injustiçados, que promove a ajuda moral ou material (Michaelis, 2015).



Dito isso, encontramos no primeiro capítulo do livro *A banalização da injustiça social* afirmações de Dejours (1999a) que entendemos representarem as duas conotações supracitadas para o sentido de solidariedade existente entre pessoas que se encontram em situações diferentes. Ao abordar sobre as possíveis reações das pessoas diante da precarização característica do mundo do trabalho contemporâneo, Dejours (1999a, p. 19) afirma que “O sofrimento somente suscita um movimento de **solidariedade** e de protesto quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça”. Quando não há tal percepção, a solidariedade – que, neste caso, decorre de uma clivagem entre o sofrimento e a injustiça – “Pode justificar compaixão, piedade ou caridade. Não provoca necessariamente indignação, cólera ou apelo à ação coletiva” (Dejours, 1999a, p. 19).

Enquanto admite, como adverte Zoll (2007), que a solidariedade entre pessoas que se encontram em situações diferentes pode promover a justiça, Dejours (1999a) também aponta que pode se resumir “compaixão, piedade ou caridade”, o que remete ao sentido de solidariedade advindo da fraternidade bíblico cristã. Sentido que ele menciona no terceiro caso analisado em *Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos*, ao falar sobre supostas características de personalidade da pessoa que cometeu suicídio, quando afirma que:

Sua postura em relação aos outros foge dos padrões habituais. Isto porque a Sra. V. B. tem fortes raízes em uma tradição cristã de ajuda mútua e de **solidariedade**. Além de seu trabalho, visita incansavelmente doentes nos hospitais e dá assistência a presidiários (Dejours, 2017, p. 127).

Diante do exposto, entendemos que diferentemente de Durkheim defendia ser a solidariedade mecânica característica de um determinado período da história e a orgânica de outro período (Furtado, 2011; Zoll, 2007), os estudos de Dejours (1999a), ora analisados, indicam a coexistência dos dois sentidos na contemporaneidade; corroborando com Ghizoni, Oliveira e Cançado (2013).

No que tange ao trabalho na contemporaneidade, o autor enfatiza a ausência de solidariedade; tanto em âmbito social e político, quanto em contextos organizacionais. Quando discute sobre a indiferença de alguns em relação ao sofrimento de outros, ao abordar sobre a banalização da injustiça social, Dejours (1999a) chama a atenção para a necessidade de mobilização subjetiva para que se perceba o sofrimento vivido por aqueles que se encontram em situações mais precárias, como trabalhadores informais e desempregados.

Mobilização subjetiva que também é acionada entre as pessoas que se unem para se defenderem de ameaças presentes nos contextos em que trabalham, desenvolvendo estratégias coletivas de defesa ou ideologias defensivas.

Porém, se por um lado, ligações de solidariedade entre trabalhadores contribuem para proteger sua saúde mental de algum inimigo comum; por outro lado Dejours (2012b) adverte que essas mesmas ligações podem infligir sofrimento a outros, por meio de assédio moral e/ou de exclusão, por exemplo, que podem levar algumas pessoas a quadros psicopatológicos graves, e até mesmo ao suicídio.

Ainda, embora tenha abordado o sentido de caridade/benevolência da solidariedade, tratou-se mais do sentido de coesão/união, alertando tanto para a desestruturação de ligações de solidariedade, quanto para o caráter paradoxal da solidariedade, uma vez que, segundo Dejours (2012b) pode ser colocada tanto a serviço do bem da luta por direitos e pela emancipação de trabalhadores) quanto a serviço do mal (como a exclusão, a desolação, o sofrimento e o adoecimento mental).

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa deparamo-nos com uma situação que atingiu o mundo, a pandemia causada por SARS-CoV-2, um vírus altamente contagioso e letal. Embora já existisse, passou a ser transmissível entre seres humanos no final de 2019, provocando um quadro viral que foi denominado de Covid-19. Da família dos coronavírus, este ser vivo invisível a olho nu espalhou-se por todos os continentes do planeta de tal forma que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em 11 de março de 2020.

Desde a identificação dos primeiros casos no final de 2019, na China, foram registrados até 18 de janeiro de 2021, em nível mundial, noventa e cinco milhões, cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e quatro (95.051.894) casos de acometimento; e, dois milhões, trinta e um mil e cinquenta e dois (2.031.052) óbitos causados pela doença (BBC News - Brasil, 2021). Até a mesma data foram registrados, no Brasil, oito milhões, quinhentos e onze mil, setecentos e setenta (8.511.770) casos confirmados e duzentos e dez mil e duzentos e noventa e nove (210.299) óbitos por covid-19 (Ministério da Saúde, 2021).

Paralelamente à substituição de atividades presenciais de trabalho e de ensino por atividades remotas ou à distância, grande parte do trabalho informal foi suspenso e muitas

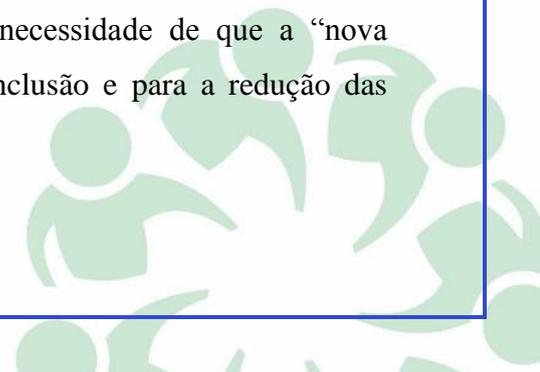
empresas encerraram suas atividades ou reduziram seus quadros de funcionários, o que levou à extinção ou redução da renda de inúmeras famílias brasileiras.

Não obstante o governo federal tenha oferecido benefício financeiro para auxiliar aqueles que se encontravam destituídos de suas fontes de renda, vimos também uma mobilização de muitos setores e de instituições sociais em prol do auxílio àqueles mais necessitados. Essa mobilização proporcionou muitas “ações solidárias”. Ou seja, a solidariedade foi expressa em lemas e/ou temas de campanhas assistenciais, que resultaram em diversas ações voltadas para auxílio aos mais pobres.

Mas, se a pandemia causada pela Covid-19 promoveu a união de grupos mais favorecidos em prol de grupos menos favorecidos; de forma oposta, também levou alguns líderes de nações ricas a decisões pautadas em políticas “egoístas”, ou antisolidárias em relação às mais pobres. De acordo com Tedros Adhanom Ghebreyesus (Correio da manhã, 2021), líder da OMS, enquanto alguns países ricos, que compraram mais de uma dose de vacina para cada habitante e iniciaram a vacinação de pessoas que não fazem parte dos grupos de risco para agravamento da doença (como jovens, por exemplo); não há vacinas disponíveis para grupos de risco (como idosos e profissionais de saúde que atendem os infectados) em países pobres. Ainda, segundo Ghebreyesus (Correio da manhã, 2021, s/p.) tal situação pode vir a ser "outro tijolo no muro para a desigualdade entre os que têm e os que não têm no mundo".

Infelizmente esta situação é mais uma ilustração do caráter paradoxal da solidariedade. Além de ser um conceito com sentidos diferentes, a solidariedade enquanto coesão entre iguais, pode ser a base para a luta por direitos humanos como processo democrático e com vistas à equidade, como tantas lutas de trabalhadores e de movimentos sociais de grupos marginalizados socialmente. Mas, pode ser também uma ferramenta perversa, quando se volta para a preservação de direitos de alguns em detrimento dos direitos de outros, fortalecendo a desigualdade.

Enquanto Dejours (2012b), Fiennes e Zizek (2012) e Ghebreyesus (2021) advertem para o uso da solidariedade (como coesão) como meio de exclusão e até mesmo destruição do outro/de outros, Zoll (2007) alerta sobre o risco de que a solidariedade exercida entre os “diferentes” (como caridade/benevolência), possa contribuir para a manutenção da desigualdade. Complementando, Zoll (2007) pontua para a necessidade de que a “nova solidariedade” - aquela entre os diferentes, voltadas para a inclusão e para a redução das desigualdades sociais – seja fortalecida.

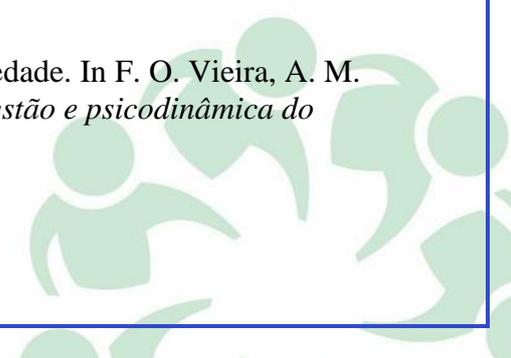


Com isso, ressaltamos que, além de termos identificado que Dejours (1999a, 2008, 2012a, 2012b e 2017) aborda mais a solidariedade como coesão/união do que a solidariedade como caridade/benevolência em seus escritos; ele nos adverte quanto aos possíveis efeitos antisolidários da coesão/união. Este alerta nos levou a refletir sobre os riscos do “mau uso” da solidariedade, quando é acionada para intensificar o poder de alguns sobre outros ou contra outros, em âmbitos micro e macrosocial. Ainda, vale ressaltar um outro alerta que Dejours tem feito em suas publicações, a questão da solidão/desolação, cada vez mais comum e intensa na esfera do trabalho, o que tem sido um dos potencializadores de doenças mentais relacionadas ao trabalho, podendo culminar inclusive em suicídios.

Por fim, esta pesquisa nos possibilitou aprofundar o conhecimento sobre os sentidos de solidariedade em psicodinâmica do trabalho, a fim de alertar quanto à polissemia do conceito; bem como proporcionou reflexões sobre a importância de vínculos sociais e as possíveis e paradoxais finalidades de ações coletivas, consideradas como solidárias. Com isso, torna-se urgente, a nosso ver, compreendermos os processos subjetivos e intersubjetivos inerentes tanto à solidão, quanto à solidariedade no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de Filosofia* (5a ed.). Martins Fontes.
- BBC News Brasil. *COVID-19: o mapa que mostra o alcance mundial da doença*. 18/01/2021. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51718755>
- Bendassoli, P. F., & Borges-Andrade, J. E. (2015). *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações*. Casa do Psicólogo.
- Bendassoli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011). Introdução às clínicas do trabalho: Aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In P. F. Bendassoli, & L. A. P. Soboll (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (pp. 03-21). Atlas.
- Cattani, A. D. (2002). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia* (4a ed.). Vozes, Editora da UFRGS.
- Constantino, A. K. (2009). *Solidariedade: Entre o desencanto e o reencanto* [Tese de doutorado em Sociologia]. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Correio da manhã. (18/01/2021). *OMS alerta para “fracasso moral catastrófico” na distribuição das vacinas*. Lisboa-Portugal. <http://cmjornal.pt>

- Daguerre, A. *Sem emprego e sem futuro*. Le Monde Diplomatique – Brasil. 2005.
<http://diplomatie.org.br/sem-emprego-e-sem-futuro>
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (5a ed. ampl.). Cortez, Oboré.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (M. I. S. Betiol, Trad). Atlas.
- Dejours, C. (1999a). *A banalização da injustiça social*. Fundação Getulio Vargas.
- Dejours, C. (1999b). *Conferências Brasileiras: Identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho* (A. C. F. Reis, Trad). EAESP/FGV.
- Dejours, C. (2004a). Addendum – Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman, & L. I. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (F. Soudant, Trad, pp. 47-104). Fiocruz, Paralelo 15.
- Dejours, C. (2004b). A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman, & L. I. Sznelwar (Orgs.), *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (F. Soudant, Trad, pp. 105-126). Fiocruz, Paralelo 15.
- Dejours, C. (2008). Avaliação do trabalho submetida à prova real: Críticas aos fundamentos da avaliação. In L. I. Sznelwar, & F. L., Mascia (Orgs.), *Trabalho, tecnologia e organização* (Coleção Cadernos de TTO, n. 2). Blucher.
- Dejours, C. (2012a). *Trabalho vivo: sexualidade e trabalho*. Tomo I. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012b). *Trabalho vivo: trabalho e emancipação*. Tomo II. Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2013). O trabalho entre banalização do mal e emancipação. *Revista Brasileira de Psicanálise*. v. 47, n. 2, p. 85-97.
- Dejours, C. (2017). *Psicodinâmica do Trabalho: Casos clínicos*. Dublinense.
- Dejours, C. (2019a). *Primeiro, o corpo: Corpo biológico, corpo erótico e senso moral* (V. Dresh, Trad). Dublinense.
- Dejours, C. (2019b). *Psicossomática e teoria do corpo* (P. S. Souza Junior, Trad). Edgard Blucher.
- Fiennes, S., & Zizek, S. (2012). *O guia pervertido da ideologia – parte II*. [Arquivo de vídeo]. <http://canalcurta.tv.br/series/serie.aspx?serieId=556>
- Gaulejac, V. de. (2007). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. Aparecida: Ideias & Letras.
- Ghizoni, L. D., Oliveira, A., & Cançado, A. C. (2013). Solidariedade. In F. O. Vieira, A. M. Mendes, & A. R. C. Merlo (Orgs.), *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 427-431). Juruá.
- 

- Guimarães, D. T. (2014). *Dicionário técnico jurídico* (17a ed.). Rideel.
- Heloani, R. dos M. & Lancman, S. (2004). Psicodinâmica do Trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Revista Produção*. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 077-086, set./dez.
- Houaiss, A. (2009). *Dicionário online de Português*. <https://www.dicio.com.br/houaiss/>.
- Lafer, C. (1988). *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Laurenti, C. (2012). Trabalho conceitual em psicologia: pesquisa ou “perfumaria”? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 2, p. 179-181, abr./jun.
- Laurenti, C. & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In: Laurenti, C. e Lopes, C. E. e Araujo, A. de F. (Orgs.). *Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos*. (pp. 41-69). São Paulo: Hogrefe CETEPP.
- Mendes, A. M. (2007a). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In A. M. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do Trabalho: Teoria, método e pesquisas* (pp. 29-48). Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. (2007b). Pesquisa em psicodinâmica: A clínica do trabalho. In A. M. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisas* (pp. 65-87). Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M., & Merlo, A. R. C. (2009). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: Teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 141-156.
- Michaelis. (2020). *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Melhoramentos. <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>
- Ministério da Saúde. (2021). *Painel coronavírus Brasil*. <http://covid.saude.gov.br>
- Silva, O. J. P. (2008). *Vocabulário jurídico* (27a ed.). Forense
- Soldera, L. M. (2016). *Clínicas do trabalho: Diálogos entre Psicossociologia e Psicodinâmica do trabalho* [Doutorado em Psicologia]. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Assis, SP, Brasil.
- Vieira, F. O., Mendes, A. M., & Merlo, A. R. C. (2013). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Juruá.
- Westphal, V. H. (2008). Diferentes matizes da ideia de solidariedade. *Katálysis*, 11(1), 43-52.
- Zoll, R. (2007). *O que é solidariedade hoje?* Editora Unijuí.

Autores	Contribuições
Autora 1	- Elaboração do projeto e realização da pesquisa. Redação do manuscrito
Autora 2	- Orientação da pesquisa; - Revisão do manuscrito.